

TJ-MS

Cargo -

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA
FIM (BACHAREL EM DIREITO)



Editais verticalizados

TJ MS - Tribunal de Justiça
do Mato Grosso do Sul

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Compreensão de texto.

Organização estrutural dos textos.

Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.

Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo.

Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo.

Textos literários e não literários.

Tipologia da frase portuguesa. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases.

Norma culta. Pontuação e sinais gráficos.

Organização sintática das frases: termos e orações.

Ordem direta e inversa.

Tipos de discurso.

Registros de linguagem.

Funções da linguagem.

Elementos dos atos de comunicação.

Estrutura e formação de palavras.

Formas de abreviação.

Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores.

Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos.

Polissemia e ambiguidade.

Os dicionários: tipos; a organização de verbetes.

Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos.

Ortografia e acentuação gráfica.

A crase.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei nº 3.310, de 14.12.2006).

Regimento Interno e Manual de Atribuições da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (Portaria nº 2.100, de 04.08.2021).

Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 252, de 21.07.2021).

Plano de Cargos e Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de MS (Lei nº 3.687/2009).

Código de Organização e Divisão Judiciárias (Lei nº 1.511/1994).

Gestão Antissuborno: Portaria nº 2.121, de 08.11.2021 – Dispõe sobre a Política de presentes, brindes, hospitalidades e ou vantagem de qualquer espécie no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul;

Portaria nº 2.329, de 06.05.2022, com alterações dada pela Portaria nº 2.401, de 13.07.2022 – Dispõe sobre a implantação de um Sistema de Gestão Integrado de Qualidade e Antissuborno, a fim de atender aos requisitos das normas ISO 9001:2015 e ISO 37001:2017, no âmbito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul;

Portaria nº 2.209, de 06.12.2021 – Dispõe sobre a comunicação, recebimento e tratamento das comunicações de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

Todas as normas supramencionadas estão disponibilizadas no Portal do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, link <https://www.tjms.jus.br/legislacao/>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais.

Interpretação do texto constitucional.

Poder Constituinte: originário, derivado e decorrente.

Princípios fundamentais.

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos.

Organização do Estado: organização político-administrativa: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal; Territórios; intervenção.

Administração Pública: disposições gerais;

servidores públicos;

militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Organização dos poderes no Estado: Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições;

Comissões Parlamentares de Inquérito;

Tribunal de Contas do Estado: composição e competência.

Processo legislativo;

Poder Executivo: Presidente da República: atribuições, prerrogativas e responsabilidades; Ministros de Estado; Conselho da República e de Defesa Nacional.

Poder Judiciário: disposições gerais; órgãos do Poder Judiciário: organização e competências; Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

funções essenciais à Justiça: Ministério Público: princípios, garantias, vedações, organização e competências; advocacia pública: advocacia e defensoria pública; controle de constitucionalidade: sistemas gerais e sistema brasileiro; controle incidental ou concreto; controle abstrato de constitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão; Ação Direta

de Inconstitucionalidade Interventiva; controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito estadual. Súmula Vinculante.

Defesa do Estado e das instituições democráticas.

Sistema Tributário Nacional: princípios gerais, limitações do poder de tributar, impostos da União, dos Estados e dos Municípios.

Ordem social.

Habeas corpus. Mandado de segurança. Mandado de injunção. Habeas data.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.

Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.

Administração direta e indireta.

Órgãos públicos. Entidades do Terceiro Setor.

Agentes públicos.

Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei nº 3.310, de 14.12.2006).

Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005 e suas alterações).

Processo Administrativo.

Poderes administrativos.

Ato administrativo.

Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do Direito Público (Lei nº 13.655/2018).

Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Serviços públicos.

Bens Públicos.

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; controle pelos Tribunais de Contas.

Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações).

Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

Responsabilidade civil do Estado.

Intervenção do Estado na Propriedade.

Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação.

Formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão. PPP – Parceria Público-Privada (Lei Federal nº 11.079/2004).

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo, eficácia da lei no espaço.

Pessoas naturais: personalidade, capacidade, direitos da personalidade, ausência.

Pessoas jurídicas.

Domicílio.

Bens: classes.

Fato jurídico. Atos jurídicos lícitos e ilícitos.

Negócio jurídico.

Prescrição e decadência.

Prova.

Obrigações: características, espécies, transmissão, adimplemento, extinção e inadimplemento.

Contratos: disposições gerais, extinção e espécie de contratos regulados no Código Civil.

Atos unilaterais.

Responsabilidade civil. Títulos de Crédito. Empresário. Sociedade: sociedades não personificadas, sociedades personificadas. Estabelecimento.

Institutos complementares: registro, nome empresarial, prepostos, escrituração.

Posse.

Direitos reais: propriedade, superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador. Direitos reais de garantia.

Direito de laje.

Direito de família: casamento, relações de parentesco, regime de bens entre os cônjuges, usufruto e administração dos bens de filhos menores.

Alimentos.

Bem de família. União Estável. Concubinato.

Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada.

Direito das sucessões: sucessão em geral, sucessão legítima e testamentária. Inventário e partilha.

Investigação de paternidade (Lei nº 8.560/1992).

Alimentos (Lei nº 5.478/1968).

Alimentos gravídicos (Lei nº 11.804/2008).

Bem de família (Lei nº 8.009/1990).

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): disposições preliminares, conceito do princípio da proteção integral e direitos fundamentais.

Direito à convivência familiar e comunitária: procedimentos, colocação da criança ou do adolescente em família substituta, guarda, tutela, adoção, perda e suspensão do poder familiar, autorização para viagem de criança ou adolescente.

Inquilinato (Lei nº 8.245/1991).

Locação: disposições gerais e especiais.

Procedimentos: disposições gerais e ação de despejo.

Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990): direitos do consumidor.

Relação de consumo; direitos básicos do consumidor;

responsabilidade pelo fato e por vícios dos produtos e serviços e excludentes de responsabilidade civil nas relações de consumo;

prescrição e decadência; práticas comerciais, proteção contratual, prevenção e tratamento do superendividamento defesa do consumidor em juízo.

Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

“Lei da Usura” (Decreto nº 22.626/1933).

Direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Alienação fiduciária de bens móveis (Decreto-Lei nº 911/1969).

Alienação fiduciária de bens imóveis (Lei nº 9.514/1997).

Patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário,

Cédula de Crédito Bancário (Lei nº 10.931/2004).

Registros Públicos (Lei nº 6.015/1973).

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Lei de transplantes (Lei nº 9.434/1997).

Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979).

“Lei do distrato” (Lei nº 13.786/2018).

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019).

Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (Lei nº 14.010/2020).

Provimentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 16/2012; 63/2017; 73/2018; 83/2019.

Entendimentos sumulados pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Direito intertemporal e aplicabilidade do novo diploma.

Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil.

Garantias constitucionais do processo. Autonomia do Direito Processual. Institutos e normas fundamentais do processo civil.

Direito Processual Constitucional. Jurisdição. Dos limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação internacional. Características. Princípios. Espécies. Organização judiciária.

Distinção em relação às demais funções do Estado. Competência. Critérios de fixação e de modificação. Conexão. Continência. Prevenção.

Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Impedimento e suspeição. Advocacia Pública e Privada.

Defensoria Pública. Assistência judiciária. Ministério Público.

Do juiz e dos auxiliares da justiça.

Deveres das partes e dos procuradores.

Atos atentatórios à dignidade da justiça.

Responsabilidade por dano processual.

Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas.

Sucessão das partes e dos procuradores. Ação. Conceito e natureza. Condições da ação.

Momento e técnica da aferição de sua presença.

Elementos da ação. Ação e tutela jurisdicional. Cumulação da ação. Classificação da tutela jurisdicional. Processo. Conceito e natureza.

Espécies. Pressupostos processuais.
 Procedimento. Atos processuais. Forma, tempo e lugar.
 Dos pronunciamentos do órgão jurisdicional.
 Regime de invalidades processuais. Prazos processuais. Preclusões.
 Comunicação dos atos processuais.
 Atos processuais eletrônicos. Da citação e das intimações. Modalidades e efeitos.
 Partes e terceiros no processo civil. Conceitos.
 Litisconsórcio.
 Modalidades de intervenção de terceiros.
 Tutela Provisória de Urgência e de Evidência. Modalidades.
 Poder Geral de Cautela.
 Procedimento comum.
 Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Hipóteses. Petição inicial.
 Requisitos e defeitos.
 A fixação do valor da causa e as formas de sua impugnação. Juízo de admissibilidade da demanda e seus efeitos. Indeferimento da petição inicial.
 Audiência de conciliação ou de mediação. Resposta do réu.
 Contestação e reconvenção.
 Defesa direta e indireta.
 Questões prévias e de mérito. Revelia.
 Providências preliminares e do saneamento.
 Julgamento conforme o estado do processo.
 Provas. Objeto, fonte e meios.
 Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova.
 Provas em espécie e sua produção.
 Audiência de instrução e julgamento.
 Sentença. Elementos, conteúdo e efeitos. Vícios das sentenças.
 Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos.
 Relativização da coisa julgada.
 Julgamento liminar de improcedência.
 Remessa necessária.
 Recursos. Juízo de admissibilidade. Efeitos. Teoria geral dos recursos.
 Apelação. Agravo de Instrumento e Agravo Interno. Embargos de declaração.

Técnica de julgamento para superação de divergência.
 Dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça.
 Embargos de divergência.
 Pedido de suspensão de liminares e de sentenças.
 Lei nº 8.437/1992 e Lei nº 12.016/2009.
 Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos.
 Modalidades.
 Declaração de inconstitucionalidade.
 Lei nº 9.868/1999.
 Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.
 Recursos aos tribunais superiores. Cabimento.
 Procedimento. Efeitos. Precedentes judiciais. Mecanismos de valorização.
 Súmulas Vinculantes.
 Do Incidente de Assunção de Competência.
 Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.
 Da Reclamação.
 Da Homologação de Decisão Estrangeira e da Concessão de Exequatur à Carta Rogatória.
 Ação rescisória e outras demandas autônomas de impugnação.
 Procedimentos especiais.
 Teoria geral.
 Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas; Ações possessórias, ações de divisão e demarcação. Inventário e partilha, alimentos, embargos de terceiro, oposição, habilitação, restauração de autos, vendas a crédito com reserva de domínio, ação monitória. Ação de dissolução parcial de sociedade. Ações falimentares. Mediação.
 Arbitragem.
 Compromisso arbitral e cláusula compromissória.
 Tutelas de urgência antes, durante e depois do processo arbitral. Impugnação judicial da sentença arbitral.
 Meios alternativos de solução de conflito (Resolução nº 125 de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça).
 Instauração da Arbitragem.
 Ação para obtenção do compromisso arbitral. Impedimento e Substituição do Árbitro.

Responsabilidade do Árbitro.
Cooperação do Poder Judiciário com a Arbitragem.
Remédios de tutela em face do Poder Público.
Mandado de segurança.
Mandado de Injunção.
Ação Popular.
Habeas Data.
Ação Civil Pública.
Ação de Improbidade Administrativa.
Tutela dos interesses transindividuais. Conceito.
Espécies. Mecanismos processuais e respectivos procedimentos.
Execução. Características. Classificações.
Pressupostos.
Competência.
Responsabilidade patrimonial. Título executivo: espécies e requisitos. O termo de ajustamento de conduta.
Liquidação.
Cumprimento de sentença para pagamento de quantia, para execução de obrigação de fazer, não fazer e dar coisa certa e incerta.
Procedimento. Peculiaridades. Efetivação da tutela específica ou obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente. Meios de sub-rogação e de coerção.
Execução por quantia certa contra devedor solvente.
Cumprimento provisório e definitivo da sentença.
Procedimentos. Penhora, avaliação e expropriação. Pagamento ao credor.
Execução para a entrega de coisa.
Execução especial: execução contra a Fazenda Pública, execução fiscal e execução de alimentos; defesa do executado no cumprimento de sentença e na execução de título extrajudicial.
Ações autônomas de impugnação à execução.
Objecção de pré executividade.
Procedimento dos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública.
Juizados Especiais Federais.
Procedimentos diferenciados.

Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Características.

Alienações Judiciais.

Testamento e Codicilo. Herança Jacente. Bens dos Ausentes. Coisas Vagas. Interdição.

Tutela. Organização e fiscalização das fundações. Emancipação. Sub-rogação.

Alienação, arrendamento ou oneração de bens de incapazes.

Alienação de quinhão em coisa comum.

Extinção do usufruto e de fideicomisso.

Divórcio e separação consensuais.

Extinção consensual de união estável.

Alteração do regime de bens do matrimônio.

Ações locatícias. Ação de Despejo. Ação Revisional. Ação Consignatória.

Divórcio.

Inventário e Partilha Extrajudiciais.

Ações de Direito de Família.

DIREITO PENAL

Fontes do direito penal: Princípios aplicáveis ao direito penal.

Aplicação da lei penal.

A lei penal no tempo e no espaço.

Tempo e lugar do crime.

Lei penal excepcional, especial e temporária.

Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.

Pena cumprida no estrangeiro.

Eficácia da sentença estrangeira.

Contagem de prazo.

Interpretação da lei penal. Analogia.

Irretroatividade da lei penal.

Conflito aparente de normas penais.

Crime: classificação, teorias, o fato típico e seus elementos, relação de causalidade, superveniência de causa independente, relevância da omissão, crime consumado e tentado, pena da tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz, arrependimento posterior, crime impossível, crime doloso, culposo e preterdoloso,

agravação pelo resultado, concurso de crimes, erro sobre elementos do tipo, discriminantes putativas, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa, erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição), coação irresistível e obediência hierárquica, ilicitude e causas de exclusão, excesso punível. Culpabilidade, teorias, elementos e causas de exclusão.

Imputabilidade penal.

Concurso de pessoas.

Penas: espécie, cominação, aplicação, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, execução das penas em espécie e incidentes de execução.

Medidas de segurança.

Ação penal.

Punibilidade e causas de extinção.

Crimes em espécie: contra a pessoa,

contra o patrimônio,

contra a dignidade sexual,

contra a família,

contra a incolumidade pública,

contra a paz pública,

contra a fé pública,

contra a Administração Pública.

Abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).

Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

Preconceito Racial (Lei nº 7.716/1989).

Crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990).

Crimes em licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021).

Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997).

Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998).

Crimes contra idosos (Lei nº 10.741/2003).

Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003).

Violência doméstica (Lei nº 11.340/2006).

Lei antidrogas (Lei nº 11.343/2006).

Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013).

Lei "Anticrime" (Lei nº 13.964/2019).

Crimes de trânsito (Lei nº 9.503/1997).

Crimes previstos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Princípios gerais e constitucionais do processo penal.

Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.

Fontes e Interpretação da Lei processual penal.

Persecução penal.

Inquérito policial, Termo circunstanciado de ocorrência.

Comissão parlamentar de inquérito.

Investigação criminal promovida pelo Ministério Público.

Outras formas de investigação.

Arquivamento de inquérito. Denúncia.

Sujeitos do processo: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça.

Impedimentos e suspeições.

Atos processuais: comunicações, citações, intimações e notificações.

Decisões interlocutórias.

Audiência de custódia.

Audiência de instrução.

Sentença: tipos, estrutura, efeitos. Fixação da pena.

Jurisdição e competência.

Critérios de determinação e modificação de competência. Perpetuatio Jurisdictionis.

Incompetência. Conexão e continência.

Das questões e processos incidentes.

Medidas assecuratórias: sequestro, hipoteca legal e arresto.

Incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado.

Restituição das coisas apreendidas. Perdimento de bens.

Alienação antecipada de bens.

Da prova: conceito, princípios, finalidade, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação.

Interceptação de comunicações telefônicas e do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática. Quebra do sigilo fiscal, bancário e de dados.

Da prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Prisão domiciliar. Medidas cautelares diversas da prisão. Liberdade provisória. Fiança.

Ação penal.

Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais.

Procedimento comum ordinário.

Procedimento comum sumário.

Procedimentos Especiais: do Tribunal do Júri, nos crimes de abuso de autoridade, nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, nos crimes contra a honra, nos crimes contra a propriedade imaterial, nas restaurações de autos extraviados ou destruídos.

Das nulidades.

Dos recursos. Recursos especial e extraordinário.

Coisa julgada.

Revisão criminal.

Habeas corpus. Mandado de segurança.

Execução Penal. Competência. Execução das penas privativas de liberdade, restritivas de direito e das medidas de segurança.

Regimes de cumprimento da pena. Juizado especial criminal (Lei nº 9.099/1995).

Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996).

Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998).

Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807/1999).

Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013).

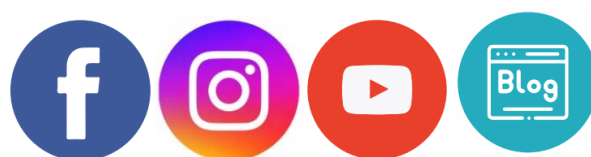
Violência doméstica (Lei nº 11.340/2006).

Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006).

Lei Anticrime (Lei nº 13.964/2019).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!